

## CONSTRUÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS ATIVIDADES PESQUEIRAS NO ESPAÇO MARINHO BRASILEIRO (1960-2000): UM BREVE ENSAIO

*Public Policies Building Towards Fishing Activities in the Brazilian Marine Space (1960-2000): A Brief Essay*

Caio Menezes dos Santos<sup>1</sup>, Ariane Ferreira Porto Rosa<sup>2</sup> e Rogério Royer<sup>3</sup>

### Introdução

As primeiras ações políticas voltadas às atividades marítimas no Brasil remetem aos anos de 1960. Segundo Abdallah e Bacha (1999) essas ações envolveram a extração e a comercialização de pescado *in natura*. A origem das ações políticas, no contexto das atividades pesqueiras, estão correlacionadas aos interesses econômicos no espaço marinho e, também, com base nas recomendações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura que apontou a importância da produção de pescados como forma de reduzir a fome. Essas ações originárias no espaço marinho permitiram que até hoje as atividades fossem concentradas em águas salgadas.

Embora as atividades de pesca no país sejam, predominantemente em áreas litorâneas, essa prática, apresenta diversas dificuldades, conforme apontado pelos estudos feitos por Tremel (1993) sobre a caracterização do litoral brasileiro para as atividades pesqueiras. Apesar de possuir alta variabilidade de espécies presentes no espaço marinho, o litoral brasileiro, devido a diversos processos, apresenta baixa concentração de nutrientes, não propiciando uma alta quantidade de peixes a serem comercializados. Para compensar o problema da falta de nutrientes naturais disponíveis na zona costeira do Brasil, novas práticas da piscicultura buscam aumentar a produtividade, tendo como exemplo a aquicultura.

---

<sup>1</sup> Aluno do curso de graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista FAPERGS do Grupo Gestão Econômica, de Ciência e Tecnologia no Uso dos Recursos do Mar; Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM). E-mail: caio.ciba@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Associada do curso de Engenharia de Produção. Centro de Engenharias, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenadora do Grupo Gestão Econômica, de Ciência e Tecnologia no Uso dos Recursos do Mar; Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM). Email: afprosa61@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Associado do curso de Engenharia de Produção. Centro de Engenharias, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Vice-coordenador do Grupo Gestão Econômica, de Ciência e Tecnologia no Uso dos Recursos do Mar; Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM). E-mail: rogroyer@ufrgs.br

Este ensaio apresenta algumas ações do Estado Brasileiro com relação às atividades marítimas, assim como o impacto destas no desenvolvimento da atividade até o início do Século XXI. O ensaio está elaborado em seções. A primeira apresenta um panorama geral do assunto tratado. A segunda contextualiza os principais conceitos e ações de gestão pública com relação ao espaço marinho e a cadeia produtiva de pesca no Brasil. Na terceira desenvolve-se uma breve discussão a respeito das ações realizadas no setor em estudo com as principais ideias e seus impactos. Por fim, apresenta-se a conclusão do artigo com a síntese do tema abordado e as possíveis temáticas que sucederam os impactos das medidas ocorridas no período de 1960 a 2000 para estudos futuros.

## **1 Atividades Pesqueiras no Espaço Marinho Brasileiro**

Na década de 1960 as atividades pesqueiras no espaço marinho brasileiro eram consideradas deficitárias nas inserções de políticas públicas voltadas para este setor. Em 1962 a produção de pescado no Brasil correspondia a 281.512 toneladas (ABDALLAH e BACHA, 1999, p.10), – buscando aumentar essa produção diversas ações foram tomadas, como a promoção de uma política de incentivos fiscais para o setor pesqueiro no ano de 1968, propiciando o aumento na área pesqueira e a criação de diversos parques industriais voltados à atividade. Essa medida vigorou até 1974, sendo o primeiro momento de incentivo ao setor por parte do Estado.

No mesmo período, outra ação pôde ser considerada importante para o desenvolvimento das atividades pesqueiras. Em 1970, não havia uma legislação que tratasse dos limites do espaço marinho no regime internacional; desse modo o Brasil por intermédio do Decreto-lei n.º 1.098, proclamava unilateralmente o aumento de seu território marinho para 200 milhas (ca. 322 km) náuticas, evidenciando o foco do Estado no planejamento do espaço no mar do Brasil. Esse ato, conforme Carvalho (1999) é um dos principais pontos de discussão da III Conferência da ONU sobre o Direito do Mar, que resultou na Convenção que determina a limitação do mar territorial em 12 milhas (ca. 19 km) marítimas. Hoje, o Brasil tem reconhecido e garantido seus direitos na soberania de uma faixa denominada como Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de até 200 milhas (ca. 322 km) para além de sua costa.

Com o aumento de seu território marítimo, o Brasil buscou fortalecer políticas para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Em 1974, com o fim das políticas fiscais para o setor, foi criado o Fundo de Investimento Setorial para a Pesca que, apesar de receber mais recursos

financeiros, não conseguiu obter os resultados esperados, devido a desvios de recursos oriundos de má administração. Outro momento importante na produção pesqueira no Brasil ocorreu na segunda metade do século XX quando foram divulgados casos de sobrepesca, ou seja, quando não há um controle da atividade extrativista, causando desequilíbrios ambientais. Medidas econômicas nos anos de 1983 a 1985 restringiam as importações no Brasil, reduzindo importações de pescado, de modo a favorecer a produção nacional para o abastecimento do mercado interno. Entretanto essa ação corroborou com uma pesca desregulada (ABDALLAH e BACHA, 1999).

Essa problemática, ainda corrobora com a visão de outros autores sobre o perfil do espaço marinho brasileiro. Conforme Tremel (1993) o litoral apesar de possuir grande quantidade de espécies, não possui uma alta concentração de nutrientes que permitam o desenvolvimento e o aumento da população de espécies, sendo poucas as comercializáveis. Embora o país tenha rios (água doce) com alto teor de concentração de nutrientes, esses não chegam até o litoral brasileiro, visto que o processo de urbanização no país fez com que houvesse uma concentração populacional e uma expansão imobiliária nas regiões litorâneas, destruindo mangues e outras áreas de encontro dos dois espaços (FAVERET e SIQUEIRA, 1997).

O terceiro ponto que impede o pleno desenvolvimento das atividades pesqueiras no Brasil é a composição das plantas agroindustriais voltadas para o pescado. Segundo Faveret e Siqueira (1997) a concentração regional permite com que as demais espécies de pescados presentes no litoral não sejam exploradas. Estudos de Viana (2013) acrescentam que a questão da concentração impacta diretamente no estoque e, por conseguinte, na distribuição desse produto.

Visando corrigir esses déficits, estratégias para o aumento da produtividade são fundamentais, como a aquicultura. Esta atividade consiste na criação em cativeiros de espécies de pescados, de modo que o próprio produtor consiga fornecer os nutrientes demandados, corrigindo os déficits naturais e assim buscando maximizar a produção. A prática é recente no Brasil e segundo Rodrigues (2012) é uma das principais ações governamentais do Estado que através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concede benefícios para a implementação da prática.

## 2 Discussões

O Brasil apresentou suas primeiras ações políticas voltadas para o espaço marinho no período de 1960, dentre essas as atividades pesqueiras, corroborando com a tendência internacional

de demanda por alimentos após o fim de grandes conflitos armados após a II Guerra Mundial. A ação tomada pelo Governo Federal em aumentar sua jurisdição marinha ainda perante a falta de um regime internacional que pudesse delimitar essa ação foi encarada de modo análogo aos processos de colonização, em que os Estados buscavam aumentar suas zonas de influência econômica. Sendo assim, o Brasil se coloca como um Estado de alta potencialidade na exploração do espaço marinho.

Contudo, apesar de possuir uma grande extensão marítima, o litoral brasileiro é caracterizado pela baixa concentração de nutrientes para o desenvolvimento em alta escala de espécies para comercialização e viabilidade econômica, demandando um incentivo em pesquisa. É importante que setores de desenvolvimento e institutos técnicos atuem para alcançar uma alta produtividade das atividades pesqueiras na Zona Econômica Exclusiva do Brasil, como por exemplo o aumento das práticas de aquicultura, capazes de corrigir a baixa de nutrientes presentes no litoral para a produção pesqueira em larga escala.

## Conclusões

As políticas públicas dos entes Federais nos anos de 1960 a 2000 foram fundamentais para a estruturação atual das atividades pesqueiras, visto que apresentaram caráter inovador para o setor no contexto nacional; porém, representaram uma visão internacional sobre a potencialidade no que tange os primórdios de um planejamento do espaço marinho.

Este ensaio apresentou um breve perfil do litoral brasileiro e como suas construções históricas impactaram no desenvolvimento da atividade pesqueira, apontando como as ações Federais permitiram o progresso dessa área e como avanços científicos buscaram promover a produtividade limitada no setor. Nesse contexto, visto que a potencialidade do planejamento do espaço marinho brasileiro deverá ser, constantemente estudado e revisitado, ainda se torna fundamental atentar-se para as principais inovações de pesquisa para o setor pesqueiro, bem como as ações políticas que impactam no atual cenário de desenvolvimento pesqueiro no século XXI.

## REFERÊNCIAS

ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 7, n. 13, 1999. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4803>>. DOI: <https://doi.org/10.5335/rtee.v7i13.4803>.

- CARVALHO, Gustavo L. O Mar Territorial Brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970 -1982. **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 42, n. 1, Jun, 1999 Disponível em: <https://www.scielo.br/rbpi/a/grWZWRNXbGcptkKz4spxL8d/?lang=pt>.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73291999000100005>.
- FAVERET FILHO, Paulo de Sá Campello; SIQUEIRA, Sandra Helena Gomes de. **Panorama da Pesca Marítima no Mundo e no Brasil**. Brasília: BNDES, 1997. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3365/2/BS%2005%20Panorama%20da%20pesca%20maritima\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3365/2/BS%2005%20Panorama%20da%20pesca%20maritima_P.pdf)
- RODRIGUES, Luiza Sidônio et al. Panorama da aquicultura no Brasil: desafios e oportunidades. **BNDES Setorial**, n. 35, mar. 2012, p. 421-463, 2012. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1524>
- TREMEL, E. Pesca, novos rumos. **Ciclo de Palestras sobre Temas Relacionados ao Poder Marítimo**. Florianópolis: Ministério da Marinha, Comando do Quinto Distrito Naval, 1993.
- VIANA, João Paulo. **Recursos Pesqueiros do Brasil: situação dos estoques, da gestão e sugestões para o futuro**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5583/1/BRU\\_n07\\_recursos.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5583/1/BRU_n07_recursos.pdf).